
A ATUAÇÃO DO CIENTISTA SOCIAL NA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA: ENTREVISTA COM A PROFESSORA MARIVÂNIA FURTADO

Entrevistadores

Kássia Cristina Neves de Oliveira¹<http://lattes.cnpq.br/1208792371547488><https://orcid.org/0000-0001-6939-2004>**David Junior de Souza Silva²**<http://orcid.org/0000-0003-2336-4870><http://lattes.cnpq.br/4265076306351873>**Data de realização:** 6 de fevereiro de 2021**Cidade de realização:** São Luís/MA - Macapá/AP

APRESENTAÇÃO

A cientista social e professora Marivânia Furtado tem dedicado suas pesquisas especialmente a temas ligados a aquilombamento, território, movimentos sociais e educação intercultural e às políticas públicas para comunidades tradicionais.

Nesta entrevista, professora Marivânia Leonor de Souza Furtado discorre sobre a atuação do cientista social na Amazônia, como uma profissão definida por valores éticos e políticos específicos. Neste sentido, são abordados na entrevista a atuação do cientista social como profissional, como pesquisador, como técnico, como educador, e como agente defensor dos direitos humanos e da Constituição Federal.

O diálogo é orientado principalmente em torno da agenda de atuação do cientista social na Amazônia contemporânea diante dos problemas vividos: pandemia, mudanças climáticas, mineração, hidrelétricas, desmatamento, genocídio etc., do ponto de vista das ciências sociais, e propostas de diretrizes para a atuação do cientista social. São debatidas na entrevista as causas destes problemas, bem como a agência dos povos amazônidas no campo e na cidade na defesa de seus territórios, modos de vida e, conseqüentemente, da Amazônia como um todo.

Nesta reflexão sobre a agência dos povos amazônidas, a entrevista tematiza as possibilidades de atuação dos cientistas sociais em apoio a defesa de direitos destes povos. Inquire-se sobre qual a atuação ética e política possível e necessária dos cientistas sociais neste cenário.

Marivânia Furtado é Cientista Social pela UFMA (1995) com Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2001) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - Campus Presidente Prudente (2012). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual do Maranhão, membro do corpo permanente do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. É fundadora e coordenadora da Licenciatura

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Sociologia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Integrante do Núcleo de Estudos sobre Etnopolítica e Territorialidades na Amazônia (NETTA/UNIFAP). E-mail: kassiaoliveira1999@gmail.com.

² Professor da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. E-mail: davi_rosendo@live.com.

Intercultural para a Educação Básica Indígena/UEMA. Também fundadora e coordenadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades-LIDA/UEMA. Atua principalmente nos seguintes temas: questões étnico-raciais, movimentos sociais e territoriais, Estado e políticas públicas para segmentos sociais específicos.

1) Professora Marivânia, em primeiro lugar, queremos agradecer sua disponibilidade para nos conceder esta entrevista e discutir estes temas fundamentais sobre a atuação do cientista social conosco. Para começarmos, você poderia falar um pouco sobre sua formação como cientista social e sua trajetória como professora e pesquisadora?

Marivânia Furtado: Inicialmente, agradeço a deferência em me convidar para esta entrevista. Decidi ser professora, ainda na graduação, quando fui selecionada para integrar o programa PET (antes Programa Especial de Treinamento, hoje Programa de Educação Tutorial), que objetivava preparar estudantes da graduação para ingressarem na carreira da docência do ensino superior, por ser um Programa vinculado à CAPES. Após a conclusão da graduação, prestei seletivo para o departamento de Ciências Sociais da UFMA e lá fiquei de 1995 até 1996, quando fui convidada pela SEDUC para assumir a política Estadual de Educação Escolar Indígena no Maranhão, devido a minha experiência no estágio curricular e na pesquisa que resultou em meu trabalho de conclusão de curso com a educação escolar indígena.

Conjugué a atividade de gestão de política pública específica com a carreira do magistério superior até o ano de 2004, quando decidi assumir a carreira docente com exclusividade. Já com experiência de ensino, pesquisa e gestão na área da questão indígena, iniciei em 2004, quando entrei para o departamento de Ciências Sociais da UEMA como professora efetiva, estudos na área da questão racial, enfatizando a problemática do racismo e posteriormente a luta das comunidades quilombolas pela titulação de seus territórios. Em 2008, articulada com estudantes do Curso de Ciências Sociais da UEMA, iniciamos um o grupo de estudos que se reunia debaixo das árvores do Centro de Ciências Sociais da UEMA e apresentamos uma proposta de extensão na comunidade quilombola do Rio Grande, do município de Bequimão, Baixada Maranhense.

Essa experiência com a comunidade do Rio Grande resultou na organização formal da comunidade para fins de certificação junto à Fundação Cultural Palmares como *comunidade remanescente de quilombos*, sendo a primeira a ter esse reconhecimento naquele município. Além dessa conquista para a comunidade, outras políticas foram garantidas à comunidade como o Programa Minha Casa, Minha Vida e um sistema de abastecimento de água encanada aos moradores.

Como resultado dessa parceria produtiva de saberes e conquistas, foram sistematizadas, no período de 2008 a 2013: 1 tese de doutorado, 2 dissertações de mestrado e 5 monografias de conclusão de curso em Ciências Sociais.

Ainda no período de 2010, no processo de assessoria/pesquisa com a comunidade do Rio Grande e suas lideranças, fomos (eu e o Grupo LIDA, o grupo de pesquisa do qual sou integrante/coordenadora) convidados para participar da articulação quilombola da Baixada Maranhense, que viria, no ano seguinte, a ser autointitulada como Movimento das Comunidades Quilombolas do Maranhão – MOQUIBOM.

Ao longo da minha trajetória como docente/pesquisadora tenho por princípio a produção plural e compartilhada de conhecimentos, tanto com aqueles que partilham suas experiências, modos de vidas resistentes (povos indígenas, quilombolas, camponeses...) quanto com aqueles que comigo estão no processo de aprendizagem (estudantes de Ciências Sociais, História, Ge-

ografia, Serviço Social, Direito... dentre outros).

Eu sou dessas professoras que só anda em bando... Comum bando de gente da melhor qualidade!

2) *Gostaríamos de saber um pouco mais sobre um dos aspectos específicos de seu trabalho que você menciona: a construção de projetos com comunidades tradicionais acerca de garantias de direitos territoriais, educacionais e de trabalho. Inicialmente, quais têm sido os maiores desafios ao trabalhar nestes projetos com as comunidades?*

Marivânia Furtado: Como Cientista Social o maior desafio nem tem sido trabalhar com a extensão, no âmbito da academia, pois os projetos são elaborados sempre em parceria com as comunidades. Entendo que a maior dificuldade e senti muito isso no cotidiano foi a gestão da política educacional para povos indígenas no Maranhão. O conhecimento antropológico nos possibilita entender que esses povos têm formas específicas de ser e estar no mundo. Dentre estas, suas visões político-organizativas. Propor uma gestão democrática tendo por parâmetro as regras democráticas da sociedade burguesa e tentar negociar isso com os povos indígenas, com sua estrutura política própria, se mostrou, no dizer de Oliveira (2006) um diálogo impossível...

3) *Nos seus projetos de extensão você trabalha com uma metodologia de ensino para que as lideranças de comunidades tradicionais se qualifiquem para exercer o acompanhamento das políticas públicas voltada para os quilombos. Você poderia descrever como na sua atuação são pensadas e construídas estas oficinas para lideranças?*

Marivânia Furtado: Primeiro, a ideia das oficinas surgiu da própria prática da militância junto às lideranças quilombolas nas ocupações do INCRA, em frente ao Palácio do Governo, nas ruas, vigílias... Momentos nos quais percebia que, ao serem acionadas para elaborarem pautas de reivindicações, entrevistas para a imprensa ou participar de mesas de negociações com os representantes do poder público, as lideranças sempre careciam da assessoria direta dos parceiros do movimento (advogados, docentes, religiosos, estudantes...). Ao constatarmos essa dificuldade com os saberes hegemônicos do mundo formal, indagamos se seria do interesse dessas lideranças oficinas para tratarmos de temas vinculados à luta, afim de que as mesmas tivessem mais autonomia nas negociações, uma vez que o protagonismo da luta era quilombola.

Como a proposta das oficinas é um diálogo de saberes, tratamos o tema da identidade quilombola através de conteúdos formais, com aulas expositivas e recursos imagéticos. Após os diálogos, os quilombolas se apropriavam dos temas elaborando músicas, poemas, desenhos. Discutimos a questão da mídia e o poder. Os participantes da oficina fizeram matérias de jornais, vídeos-denúncia, cartas abertas. Além dessas estratégias, também articulamos uma roda de conversa com os gestores de políticas para quilombolas e os mesmos foram abordados diretamente pelos participantes a fim de exercitarem a prática da interlocução sem mediadores(as).

Aprendemos muito nesse processo formativo, sobretudo, que o diálogo tem que ser simétrico, caso contrário o que se pratica é uma imposição de saberes. E é contra toda forma de dominação que nos colocamos, inclusive contra a dominação da Ciência como um saber totalitário.

4) *As demandas das comunidades tradicionais se expressam em territorialidades próprias, tendo a luta pela titulação de suas terras como marco principal. Quais os caminhos profissionais possíveis de atuação do cientista social para colaborar concretamente na efetivação dos direitos territoriais, via titulação, das comunidades tradicionais?*

Marivânia Furtado: Discuto na minha tese que uma das principais contradições, ou até mesmo uma forma ideológica de camuflar as intencionalidades do Estado dito democrático, é a garantia formal de direitos. Entretanto, como efetivar tais direitos se os sujeitos desses direitos não sabem que os têm?

No âmbito específico do direito territorial quilombola, existe todo um conjunto de procedimentos formais (desde a criação de uma associação representativa da comunidade, a elaboração de um relato sintético de sua situação histórica vinculada ao sistema de opressão escravista, até a abertura formal de um processo no INCRA) cujo domínio não está inserido na vida cotidiana dessas comunidades tradicionais. Portanto cabe, me parece, à universidade transcender o fosso de apartação entre a pesquisa e a extensão e construir uma ponte para superar essa limitação. Do ponto de vista concreto, propor projetos que levem às comunidades, através de um diálogo de saberes, conhecimentos que potencializem a luta para a garantia dos direitos dessas comunidades.

Assim fazendo a Universidade e os Cientistas Sociais em particular, tornar-se-ão parceiros das lutas e não somente observadores de processos sociais, na maioria das vezes, desumanos.

5) *A Amazônia tem passado por uma intensificação da exploração, ecocídio, e agora em 2020, do genocídio com a pandemia. Neste contexto, qual o lugar do cientista social na Amazônia contemporânea? Quais nossas principais tarefas? Quais nossas possíveis contribuições?*

Marivânia Furtado: Desde o início de sua constituição, as Ciências Sociais surgem em meio aos desdobramentos do sistema industrial capitalista em ascensão e, neste contexto, esta ciência emergente se posicionou, basicamente, em dois polos opostos: entender as regularidades e funcionalidades do sistema visando a “correção das patologias sociais”; ou analisar as contradições do sistema a fim de potencializar a luta para a transformação do mesmo.

Na atualidade, em especial na Amazônia, vivenciamos o aprofundamento das contradições geradas pelo sistema-mundo. O impacto sobre os territórios tradicionais pelas investidas do grande capital tem externado a face mais perversa desse modelo sócio-econômico e político.

No meu entendimento, o posicionamento laxiorista dos cientistas sociais que assumem uma perspectiva reformista, ou de correção “das patologias”, como do início da formação da disciplina, contribui teoricamente para justificar o racismo ambiental, o ecocídio e/ou mesmo o genocídio em curso.

Penso que as pesquisas engajadas, as assessorias que podemos prestar junto aos movimentos sociais, bem como a luta dentro do nosso campo acadêmico em pautar as narrativas fronteiriças e teorizar a partir dos subalternizados, seriam boas estratégias para enfrentarmos essa postura conservadora da Ciência, e avançarmos na proposta de transformação radical da estrutura do sistema.

Esse polo da transformação, no qual me coloco, não surgirá tão somente de um ato reflexivo, materializado em letras num papel, ou algoritmos em rede, mas da junção de forças, corpos, energias compartilhadas numa luta comum contra toda forma de opressão. Do nosso campo, articulando os conceitos-chave de raça, classe e gênero. Temos muito o que fazer e, acredito/desejo com alguns com quem contar!

6) Em *“A Amazônia no Século XXI”*³, Violeta Loureiro enfatiza que a persistência de políticas de cunho elitista seriam um dos traços fundamentais na formação social da Amazônia. Consequentemente, essas políticas são propiciadoras de uma imensa concentração de capital por parte de grupos econômicos privados nacionais, estrangeiros ou multinacionais, resultando, assim, na exclusão e exploração dos povos que habitam a região, ribeirinhos, os quilombolas, os indígenas e as demais populares. Como podem as populações locais resistir e se organizar, a partir de seus modos de vida comunais, frente a esses processos de privatização e exclusão efetivados Estado?

Marivânia Furtado: Diante de um contexto de mais de 500 anos de exploração e tentativas sistemáticas de aniquilação da presença indígena, mais de 300 anos de desumanização dos(as) africanos(as) e seus descendentes, de mais de 200 anos de tentativa de assimilar os modos de vida dos(as) caboclos(as), ribeirinhos(as) à lógica do sistema da modernidade/colonialidade, esses segmentos ainda estão disputando o território fazendo frente ao capital. Penso que a questão não seria como eles podem resistir, uma vez que continuam a existir e essa existência é resistência, mas como nós, aqui do campo das Ciências Sociais, podemos somar nas múltiplas formas de estratégias implementadas por esses movimentos sociais.

Acredito que a definição de um lugar acadêmico que disputa as narrativas hegemônicas a partir dessas histórias locais já seria um bom início. Dessa forma colocaríamos em questão às diversas teorias sociais produzidas para justificar o “desenvolvimento”, a negação da diversidade étnica, a hierarquização das diferenças culturais, dentre outras. Teorias essas tão bem adotadas pelo sistema de exploração.

Compete a nós, cientistas sociais, na academia e fora dela, disputar essas narrativas, sobretudo com a entrada de intelectuais indígenas, quilombolas, ribeirinhos... e nos voltarmos para o chamando senso comum e apresentar uma visão crítica a esse modelo de vida hegemônico predatório e desrespeitoso criado pela colonialidade do poder, do saber e do ser.

7) Sobre esta trabalho que consiste em capacitação em direitos territoriais e em associativismo e formação de lideranças em contexto quilombola, assessorando os processos de demarcação de território dos quilombos e assegurando uma organização formal de uma comunidade quilombola com o objetivo de conquista de direitos sócio-territoriais. Esse seria também um processo de aquilombamento dessas comunidades tradicionais, tendo em vista que a ação cultural e ação política caminham juntas e formam uma tecnologia poderosa de organização e intervenção social?

Marivânia Furtado: Sim, com certeza. Embora o processo de aquilombamento contemporâneo seja um conceito oriundo e aplicado à luta das comunidades quilombolas e dos demais “sobrantes” do processo de imposição da modernidade/colonialidade contra a condição de alvos do direito para sujeitos de direitos, as propostas interventivas da academia, e em especial as que o Grupo LIDA têm implementado, são apropriadas pelos agentes sociais nelas inseridos, o que se torna sim, mais uma estratégia na luta dessas comunidades contra as estruturas de poder que se impõem. O conceito de aquilombamento contemporâneo, que proponho na minha tese de doutoramento, tem como gênese/referência a Balaiada no Maranhão. Esse movimento não lutava para formar um quilombo em si, mas para transformar as estruturas de poder que sedimentavam o sistema escravagista. Ainda que não vitoriosa quanto aos seus propósitos, a Balaiada, assim como as demais lutas que se evidenciaram no período regencial, evidenciaram que não havia, e não há, uma unidade territorial, uma nação uma. A nação, esse

³ LOUREIRO, Violeta R. *Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

processo de homogeneização sócio-cultural e territorial racista e excludente tem sido questionado historicamente, a partir da existência resistente dos de baixo. Dessa forma, na atualidade a academia e especialmente as ciências sociais ao se tornarem parceiras destas lutas contra o processo impositivo de uma “unidade nacional” forjada e forçada pela lógica eurocêntrica, contribuem para a desconstrução de uma “ciência totalitária”, o que pode somar na construção de uma sociedade baseada em relações raciais, econômicas e de gênero totalmente simétricas.

8) Recentemente o Estado do Amapá passou por um apagão que deixou 13 dos 16 municípios em estado de calamidade pública. Diante do caos que se instalou, foi possível perceber uma linha tênue entre a pobreza e a miséria em questão de horas. Comunidades quilombolas, ribeirinhas, populações que vivem no interior do Estado e nas periferias ficaram à mercê, sem amparo estatal mínimo. Diante de situações catastróficas repentinas como essa, quais os tipos de ações, grandes e pequenas, que como cientistas sociais podemos realizar para apoiar as pessoas e fortalecer comunidades e territórios?

Marivânia Furtado: Entendo que tornar essa situação problema real em problemática de pesquisa e evidenciar sociologicamente os fundamentos desse caos, que não são exteriores, mas frutos do próprio sistema, seria o lugar “privilegiado da academia”. Por outro lado e associado a isso, vislumbro que o processo formativo e libertário das pessoas em suas relações coletivas são imprescindíveis para o empoderamento e engajamento na luta, de forma mais direta e imediatista, para a inclusão nos direitos básicos, como esse do direito à energia residencial e iluminação pública. Cabe, entretanto, não esquecer de evidenciar que o Estado (poder público) enquanto uma instituição voltada para a “garantia de direitos” é instrumentalizado pelas elites do capital, representando seus interesses e que, portanto, enquanto houver desigualdades de classes o Estado estará na mediação para “atenuar” os conflitos gerados por essa contradição e não para a erradicar essa contradição. A luta seria então para a destruição de toda a estrutura que gera a contradição e suas instituições jurídico-político-ideológicas.

9) Agora entrando no debate sobre os sentidos e deveres da Universidade Pública no Brasil. Como você avalia a atuação da universidade? A universidade tem desempenhado seu papel com as comunidades e territórios em seu entorno? Quais pontos você avalia que têm dado certo, e como podem ser potencializados? Quais elementos não têm dado certo?

Marivânia Furtado: A Universidade como produtora de um tipo de saber, pautado na racionalidade moderna e que ainda se coloca como hegemônico, ainda tem um compromisso com a técnica e o controle da natureza e do mundo social visando um ideal de progresso herdado do século XVII. Carece de estender não só seus procedimentos teórico-metodológicos a fim de incluir outras epistemologias resistentes que estão fora dos cânones ocidentais, mas também de redefinir a sua atuação para fora de seus muros e do conforto do ar condicionado de seus laboratórios. Essa saída e o encontro para e com as comunidades do seu entorno não deveria estar pautada na arrogância acadêmica de levar às comunidades uma visão de mundo dita superior, como se observa em muitos projetos de “desenvolvimentos para as comunidades”; mas potencializar os saberes já existentes e ampliá-los com um instrumental técnico e reflexivo visando o fortalecimento de suas lógicas próprias.

Temos exemplos muito exitosos de grupos de estudos e projetos que se efetivam na Amazônia como o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, o Grupo de Estudos em Meio Ambiente e Desenvolvimento – GEDMA da UFMA, o Grupo de Estudos Rurais e Urbanos da UFMA – GERU, o Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos - LA-

TESE da UEMA, e poderia citar o próprio LIDA/UEMA, com essa perspectiva de compartilhar saberes com as comunidades tradicionais visando a qualificação para as suas lutas por território, moradia e demais direitos específicos.

10) Quais ações cientistas sociais dentro e fora da universidade podem realizar concretamente para fortalecer pessoas, comunidades e territórios em tempos de pandemia?

Marivânia Furtado: A pandemia é, contraditoriamente, um tempo de *inação*, com múltiplos significados. Não que não haja o que se possa ou deva fazer. Digo *inação*, pois, se de um lado, ocupar espaços significativos seja na articulação dos movimentos sociais, nas ruas e avenidas das cidades e tensionar a *inação* do governo frente a essa grave crise que nos assola, seria mais um fator potencializador da crise, pois implicaria em aglomeração, o que não é recomendável nesse momento. Por outro lado, devido à *inação* genocida do governo central, a crise tem se agudizado e não só desperta reflexões teóricas, mas também sentimentos profundos de fraturas com o sentido da vida e da crença na efetividade das instituições sociais.

No atual contexto de contradições e tensões, a ação concreta para mitigar os efeitos da pandemia exige um posicionamento político, e nesse caso, a decisão deve ser do(a) sujeito cientista social e não, somente, do(a) pesquisador(a) clássico. Nesse sentido a solidariedade, os precatórios sociais que devemos pagar por estarmos posicionados de forma privilegiada na academia, deve se manifestar em redes de apoio que podem incidir diretamente no auxílio às condições alimentação, remédios e condições de higiene dos mais vulneráveis, além de participar qualificadamente de denúncias das consequências da *inação* do governo central entre os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, moradores das comunidades periféricas das cidades...e demais sobranes desse violento sistema de exclusão.

Enquanto pesquisador(a) o(a) Cientista Social deve transformar metodologicamente o problema social pandemia em problema sociológico e descortinar as relações entre o problema “de saúde” que se manifesta e as condições estruturantes de sua produção. Tal análise enfatizará o quadro pandêmico como produto e produtor de uma realidade social contraditória e predatória.

11) Paulo Artaxo⁴ reúne previsões científicas que apontam que o tempo presente e futuro se define e definirá cada vez mais por três crises: a crise climática, a crise na saúde e a crise na biodiversidade, com evidentes e devastadores efeitos para a sociedade. Portanto, devemos nos preparar, em termos científicos e profissionais, para realidade de novas pandemias e crescentes crises climáticas daqui em diante. Neste cenário, quais você compreende que devem ser as mudanças na formação e na atuação profissional dos cientistas sociais para atuar neste mundo que se instaura?

Marivânia Furtado: Talvez deva ser redundante quanto à minha posição de que não estão faltando novas teorias e modelos explicativos, mas o aprofundamento das análises que observam o atual contexto como reflexo de um processo que tende a se acentuar em crises menos espaçadas temporalmente. É o sistema colonial/moderno que deve ser objeto de análise e de atualização da crítica do Cientista Social, uma vez que tal proposta crítica é fundante desse campo disciplinar.

Devemos, portanto, assumir que a Ciência não é neutra, que temos aqui, da nossa condição de subalternidade amazônica, saberes que são contrapostos à essa lógica predatória das

⁴ ARTAXO, Paulo. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. *Estudos Avançados*, 34 (100), 2020, p. 53-66.

relações humanas e com a natureza, e alçar essa racionalidade para disputar com os cânones ocidentais que formam as nossas grades curriculares em Ciências Sociais.

Creio que precisamos relativizar nossa “formação ocidental”, para de fato entendermos quem somos: povos e comunidades amazônicas que compreendem um rico e diverso universo/mosaico de realidades humanas e não humanas. Um nós que só nós sabemos...